



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA INTEGRADA EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA**

JOILSON VASCONCELOS DOS SANTOS

**TRAÇOS DA FORMAÇÃO DO QUILOMBO DE BOM JARDIM (1876-
2004): uma análise a partir da perspectiva da longa duração**

**SANTARÉM/PA
2017**

JOILSON VASCONCELOS DOS SANTOS

TRAÇOS DA FORMAÇÃO DO QUILOMBO DE BOM JARDIM (1876 – 2004): uma análise a partir da perspectiva da longa duração

Trabalho de Conclusão de Curso – modalidade Monografia – Apresentado ao Programa de Ciências Humanas do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará UFOPA, no Âmbito do Plano nacional de Formação de Professores PARFOR - como requisito para obtenção do Título de Graduado na Licenciatura Integrada em História e Geografia sob orientação do **Profº MsC Wilverson Rodrigo Silva de Melo.**

SANTARÉM/PA

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

S231t Santos, Joilson Vasconcelos dos

Traços da formação do quilombo de Bom Jardim (1876-2004): uma análise a partir da perspectiva da longa duração. / Joilson Vasconcelos dos Santos. – Santarém, Pará, 2017.

36fls.: il.

Inclui bibliografias.

Orientador Wilverson Rodrigo Silva de Melo

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Plano Nacional de Formação de Professores, Curso de Licenciatura Integrada em História e Geografia.

1. Quilombo Bom Jardim. 2. Memórias negras. 3. Santarém (PA). I. Melo, Wilverson Rodrigo Silva de, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 305.89

JOILSON VASCONCELOS DOS SANTOS

TRAÇOS DA FORMAÇÃO DO QUILOMBO DE BOM JARDIM (1876 – 2004): uma análise a partir da perspectiva da longa duração

Trabalho de Conclusão de Curso – modalidade Monografia – Apresentado ao Programa de Ciências Humanas do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará UFOPA, no Âmbito do Plano nacional de Formação de Professores PARFOR, como requisito para obtenção do Título de Graduado na Licenciatura Integrada em História e Geografia sob orientação do **Profº MsC Wilverson Rodrigo Silva de Melo**.

Data de Apresentação: 19/12/2017.

BANCA EXAMINADORA:

Profº. Wilverson Rodrigo Silva de Melo (Orientador)

Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Profº. Moisés Daniel de Sousa dos Santos (Examinadora 1)

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Profª. Valdenira Silva de Melo (Examinadora 2)

Especialista em História e Cultura Afro-brasileira pela Universidade Cândido Mendes (UCAM)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus irmãos e a meus familiares que sempre me ajudaram, em especial à minha mãe, Rosemira Vasconcelos dos Santos, que sempre me colocava sobre a importância de estudar; à Leuri Patrícia Assunção dos Santos, minha companheira, e às minhas duas filhas, Juliana dos Santos Vasconcelos e Lana Assunção dos Santos Vasconcelos, minhas forças para conclusão de mais essa etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e aos “Santos e Santas” que foram o elo da minha força nessa etapa.

À minha mãe e aos meus irmãos e irmãs que sempre me ajudaram nessa caminhada e ao meu pai, que não está vivo, mas de certa forma, permanece vivo no meu coração.

Ao meu quilombo de Bom Jardim, denominado de ARQBOMJA(Associação de Remanescente de Quilombo de Bom Jardim) que me deu a oportunidade de estudá-lo e aos meus amigos, Ranuzu Reis e Rubson Santana, meus amigos nos momentos de maiores dificuldades.

A meus colegas e a meus professores que ao longo da graduação sempre estiveram presentes comigo nos momentos mais difíceis do percurso.

A professora Deuzarina Guimarães dos Santos, a minha primeira professora e umas das grandes incentivadoras no processo educacional, à escola São Pedro que me acolheu como educador.

Ao Movimento Negro Quilombola de Santarém do qual faço parte, hoje denominado de FOQS (Federação das Organizações Quilombola de Santarém), que sempre estivemos juntos nas lutas.

A meus tios, Tomé Guimarães dos Santos e família, Luci Guimarães e família, Divaldo Vasconcelos, Emília Guimarães e família, Aroldo Guimarães e família, Domingas Guimarães e família, Tereza Guimarães.

À família do seu Zé Ricardo Sousa Costa que nos últimos dois anos me ajudou bastante, dando-me suporte de que jamais vou esquecer.

Não poderia me esquecer do professor Wilverson Rodrigo Silva Melo, um amigão e parceiro, e aos seus conhecimentos, que me fizeram ter a clareza nos momentos de incertezas.

Quantos anos passaram e a ter hoje à discriminação,
Nas escola na rua na festa não é fácil não,
Castigaram feriram e mataram, nossos antepassados, nos porões dos navios
transportaram os exilados,
No Brasil há tantos quilombos que à gente não viu,
As pesquisas estudos apontam onde existiu,
Foram mais de trezentos anos que esse povo resistiu,
Pare para as autoridades que esse povo sumiu,
Do Tingu, Murumuru, Arapemã, negro sofrido, destemido que não abera pra
carapanã, Murumurutuba, Saracura, Bom Jardim dos nossos sonhos, somos
comunidades remanescente de quilombo (bis),
Esse espaço também tem cultura e tradição,
Sempre lutam por melhores dias em associação,
Seu projeto de lei pelos homens tenha visto,
Assinando o decreto outros mais que isso,
Nessa terra tem gente tomando um pedaço de chão,
Tem ai o artigo 68 da constituição,
Que defende o direito do negro, da terra por ele ocupada,
Ainda tem gente falado por ai que nós não valem nada,
Do Tingu, Murumuru, Arapemã, negro sofrido, destemido que não abera pra
carapanã, Murumurutuba, Saracura, Bom Jardim dos nossos sonhos, somos
comunidades remanescente de quilombo (bis).

Azemar Santos – quilombo de Murumurutuba

RESUMO

Este trabalho possui a finalidade de conhecer melhor a formação do quilombo de Bom Jardim, quilombo situado no Planalto, às proximidades da PA 370 (Rd. Curua-Una) aproximadamente 29 km da cidade de Santarém/PA. O quilombo, enquanto espaço de luta social, organizou-se em uma associação jurídica denominada de *Associação de Remanescente de Quilombo de Bom Jardim* (ARQBOMJA), em 27 de julho de 2003, cujo objetivo é lutar pela titulação das terras, tendo em vista a posição historicamente desfavorável, no que diz respeito às relações de poder, que estas comunidades quilombolas vêm lutando pelo direito de serem agente de sua própria história. A promulgação da Constituição de 1988 e a necessidade de regulamentação do Artigo 68 dessa Carta Magna provocaram discussões de cunho técnico e acadêmico, que levando a uma revisão dos conceitos clássicos que dominavam a historiografia sobre a escravidão. Nesse processo, os estudiosos passaram a discutir os critérios de conceituação do que viria a ser uma comunidade quilombola, essa conceituação colocou a comunidade de Bom Jardim na condição de quilombo, constituído a partir da terra doada – sítio Bom Jardim – em testamento por José Francisco Ferreira e sua esposa Maria Joaquina da Silva Ferreira a seus escravos, em 1876. Entretanto, os escravos somente ficaram livres após a morte de José Francisco Ferreira, que deveria efetivar também a doação, o que ocorreu conforme (o anexo I E II) em 1877. Diante dessas informações, este trabalho tem como objetivo analisar o processo de formação deste espaço quilombola, realizando pesquisa sobre as relações sociais vinculadas às forças econômicas e políticas ora dominantes, a partir de testemunhos que sedimentam informações de tempos passados, que contam a história do lugar e que, por sua vez, vem a ser o redimensionamento do espaço dotado de experiências vividas. À guisa de conclusão, este trabalho adotou como metodologia a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, além do uso da história oral, sendo feito o levantamento através de documentos cartoriais; posteriormente, registrou-se por meio de entrevista, as memórias dos descendentes mais velhos do quilombo de Bom Jardim, na ânsia de que tais relatos propiciem algumas informações do passado, afim de tecer algumas premissas a respeito da constituição do referido quilombo.

Palavras-Chave: quilombo Bom Jardim; memórias negras; Santarém.

ABSTRACT

This work had the purpose to know better the formation of the quilombo of Bom Jardim, that is a quilombo located in the plateau, in the vicinity of PA 370 (Rd. Curua-Una) approximately 29 km of the city of Santarém / PA. The quilombo, as a space for social struggle, was organized only in a juridical association called the Association of Remnant of Quilombo de Bom Jardim (ARQBOMJA), on July 27, 2003, whose objective is to fight for titling the lands, in view of the position historically unfavorable with regard to power relations, that these quilombola communities have been fighting for the right to be agents of their own history. The promulgation of the 1988 constitution and the need for regulation of Article 68 of that Constitution provoked technical and academic discussions that led to a revision of the classical concepts that dominated the historiography on slavery. In this process the scholars began to discuss the criteria for conceptualizing what would become a quilombola community, and this conceptualization placed the community of Bom Jardim as a quilombo, since it was constituted from the donated land - Bom Jardim site - in a testament by José Francisco Ferreira and his wife Maria Joaquina da Silva Ferreira to his slaves in 1876. However, the slaves were only free after the death of José Francisco Ferreira, who should also do the donation, which occurred according to (Annex IE II) in 1877. In view of this information, this work aims to analyze the process of formation of this quilombola space, conducting research on the social relations linked to the economic and political forces now dominant, based on testimonies that sediment information from past times, the history of the place, and that in turn, comes to be the resizing of the space endowed with and experiences. As a conclusion, this work adopted as a methodology, bibliographical research, documentary research and the use of oral history, and we will make a survey through paperwork documents; later the interviews with the older descendants of the quilombo of Bom Jardim were recorded through interviews, in the eagerness that such reports provide some information of the past, in order to make some premises about the constitution of said quilombo.

Keywords: quilombo Bom Jardim; memories black; Santarém.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A PRESENÇA NEGRA NA AMAZÔNIA.....	11
1.1 A INTRODUÇÃO DA ESCRAVIZAÇÃO NEGRA NA AMAZÔNIA.....	11
1.2 ENGENHOS E CACOAIS: USOS E ABUSOS DO TRABALHO ESCRAVO.....	14
1.3 MOMENTO DE CONVULSÃO SOCIAL: A CABANAGEM, ROTAS DE FUGA E O LIMIAR DA LIBERDADE.....	15
2. O PROCESSO DE FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICO DOS QUILOMBOS E MOCAMBOS DO BAIXO AMAZONAS	19
2.1 A FORMAÇÃO DO QUILOMBO DE BOM JARDIM E SUA RELAÇÃO COM A TAPERINHA.....	21
2.2 AS LUTAS DO MOVIMENTO QUILOMBOLA E O PROCESSO DE AUTOAFIRMAÇÃO DO QUILOMBO DE BOM JARDIM.....	28
2.2.1 MOVIMENTO DE REELABORAÇÃO E AUTOAFIRMAÇÃO DO QUILOMBO DE BOMJARDIM.....	28
2.2.2 DAS LUTAS DO PASSADO ÀS CONQUISTAS DO PRESENTE: O reconhecimento perante a fundação Cultural Palmares e o INCRA.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	32
ANEXOS.....	33

INTRODUÇÃO

Este trabalho possui como objetivo analisar o processo de formação do espaço quilombola de Bom Jardim, a partir de informações que sedimentam o passado e que contam a história do lugar; assim, estudar a realidade do quilombo é lança-se sobre as problemáticas vividas pelos moradores, cujas dificuldades ainda fazem parte do cotidiano dessas pessoas, que ainda acreditam ser possível a realização da titulação de suas terras para construir suas vidas de maneira digna no espaço Amazônico em que vivem. Nesse sentido este trabalho também analisará a rica história desse quilombo, formada por descendente de escravos, os quais receberam como herança de seus senhores a terra, sendo que sua história se insere no quadro histórico da escravidão na Amazônia, daí a análise dos principais agentes históricos de Bom Jardim, que são de extrema importância na construção e na valorização da historiografia nacional amazônica.

Sendo assim, as informações analisadas no período colonial no Brasil, percebe-se que os africanos trazidos para o Brasil, vieram para suprir a necessidade de mão-de-obra trabalhadora. Na Amazônia não foi diferente dos outros estados, haja visto que a Companhia do Grão-Pará e Maranhão tinham uma relação muito forte com a comercialização de negros, vindos da África para trabalhar nas mais diversas atividades existentes na colônia.

Nessa perspectiva, o quilombo vem buscando, junto aos órgãos, a legalização de suas terras. Na análise do testamento percebe-se que os negros de Bom Jardim tinham uma relação próxima com os negros do engenho Taperinha, um dos maiores engenhos da região do Baixo Amazonas. Assim, podemos adentrar nas informações obtidas sobre esse quilombo que mantém viva suas histórias.

1 – A Presença Negra na Amazônia

1.1 A introdução da escravização negra na Amazônia

A presença negra na Amazônia se deu através de uma política voltada para as necessidades que existiam na Amazônia, através das províncias do Grão-Pará e Maranhão.

No período de escravidão no Brasil, nos séculos XVII e XVIII, os negros que conseguiam fugir se refugiavam com outros em igual situação, em locais bem escondidos e fortificados no meio das matas, estes locais eram conhecidos como quilombos.

Nessas comunidades os afros-descendentes possuíam fortes laços culturais, mantendo suas tradições e suas práticas religiosas, além de um sistema de organização social próprios. Com as fugas, os quilombos cresceram rapidamente pois eram o principal foco de atração dos negros que escapavam das cidades e das fazendas. A fuga de escravos tornou-se um processo contínuo e rotineiro a partir da segunda metade do século XVIII e início do XIX, quando também aumentaram as notícias sobre os quilombos na imprensa local.

A desestabilização político-econômica ajudou nesse processo, haja vista que a decadência dos engenhos de cana-de-açúcar, por exemplo, facilitou a fuga dos escravos. Os quilombos representaram uma das formas significativas de resistência, combatendo à escravidão e rejeitando a cruel forma de vida em que se encontravam os negros, que buscavam sua liberdade e uma vida com dignidade. Como afirmam Montellato, Catelli (2002, p. 170), “a fuga para os sertões significava, em muitos casos, a formação de comunidades negras independentes do domínio dos brancos. Essas comunidades eram chamadas de quilombos”.

A entrada de negros na região amazônica se deu de forma gradual, como afirma Funes:

A inserção do negro africano no mercado de trabalho amazônico foi lenta, resultado dos apelos contínuos das autoridades locais, pressionadas pelos colonos, diante das necessidades de suprir as carências da força de trabalho, único meio de fazer prosperar uma região até então economicamente deficitária e, com dificuldades em utilizar a mão de obra local, em razão da ação da igreja e pela legislação governamental que criava empecilhos, se não de fatos pelos menos de direito, à escravidão do nativo (FUNES, 1995, p.26).

A entrada de negros se deu de forma lenta para suprir uma necessidade de mão-de-obra; Dias (1970) ressalta que a entrada de negros escravizado na região Norte estava relacionada à existência da Companhia de Comércio Grão-Pará e Maranhão:

A introdução de mão-de-obra africana no Estado do Grão-Pará e Maranhão era a razão principal da existência da companhia. O tráfico de escravos seria encarrada pela empresa pombalina como um negocio vital, porquanto, suposta a liberdade do índio, seriam os negros africanos que cultivariam os gêneros tropicais que os navios da sociedade mercantil havia de transportar de São Luís e de Belém para Lisboa (DIAS, 1970, p. 459).

Nesse sentido, o negro como de mão-de-obra era a razão essencial nas mais diversas regiões do Pará. Na região do Baixo Amazonas a força da mão-de-obra se dá na metade do século XVIII, com o crescimento da lavoura cacaueira e do extrativismo, como nos relatam Acevedo; Castro:

O desenvolvimento das plantações de cacau, acompanhavam o crescimento da população no período de 1773 a 1782, esse produto registrava-se com importante entre os gêneros exportados pelo Grão-Pará. As exportações de cacau, mostravam-se bastante oscilantes, mas indicavam a ampliação das terras agricultáveis, com o cultivo de arroz e de algodão que se espalhavam ao longo dos rios e nas proximidades onde as atividades comerciais eram mais expressivas [...] (ACEVEDO; CASTRO, 1998; p. 45).

O negro é encontrado em diversas organizações de trabalho escravo, juntamente com indígenas nas atividades domesticas e plantações. Funes ao relatar sobre a região Norte, especificamente sobre o Baixo Amazonas, infere que:

A ocupação dessa região foi uma decorrência normal da política colonial adotada para a Amazônia, não fugindo ao processo característico onde a defesa territorial, a catequese e o aldeamento do nativo constituíram-se justificativas maiores, tendo como base de sustentação econômica o extrativismo e a comercialização 'drogas do sertão', nesse caso maior dizer da mata. Foi nesse contexto que surgiram os primeiros núcleos coloniais do Baixo Amazonas, entre eles Aldeia e a Fortaleza do Tapajós (Santarém), Aldeia de Surubiu (Alenquer), Aldeia e Forte de Pauxis (Óbidos), todas elevadas à categorias de vilas, em 1758. Enfim, a fé e a civilização chegavam ao país das Amazonas (FUNES, 1995, p. 34-35).

Os negros trazidos para Amazônia segundo Reis e Gomes (1996, p. 37), eram em sua maioria do "Sudeste/Centro da África, predominando os de 'nação' Angola, Congo, Cassange, Beijogo, Guiné, Benguela, aparecendo em menor número os de Minas e Moçambique, entre outros". Nesse sentido, Cardoso nos diz:

Da Costa da África ou Costa Oriental, os lusitanos levavam os escravos para Moçambique, quando estavam dentre as principais nações cativas os pretos Macuas e Anjicos. De principio, chegavam ao Pará, Pernambuco e Maranhão, os trazidos de Cabo Verde, Macao e Bissao, Raramente chegavam os cativos de São Tomé, porque àquela altura já existia na quela nação um seminário com ensino religioso para a formação de padres negros, ao lado de outras escolas, sob a chefia de um Bispo, também negro, conforme o que escreveu sobre o assunto, Spix Martius. (CARDOSO, 1997, P. 17).

Em sua pesquisa, Eurípedes Funes fez um levantamento com 281 registros de casamentos na paróquia de Nossa Senhora da Conceição em Santarém, no Baixo Amazonas, com 303 Inventários Post Mortem em Santarém, Alenquer e Óbidos (1801- 1886), revelando o quadro da origem dos negros cuja informações eram chegadas da igreja (FUNES, 1995, p. 36).

Quadro I – Escravos de origem africana em Santarém no Baixo Amazonas

QUANDRO I – ESCRAVOS DE ORIGEM AFRICANA				
SANTARÉM			BAIXO AMAZONAS	
NAÇÃO	1767-1799	1800- 1872	1801- 1850	1851-1886
Africano	2	10		28
Angola	7	16	23	
Beijogo	3	2	6	
Benguella	2	10	11	2
Bessau	1			
Cabinda		3	10	
Cabo Verde	1			
Camunda		1	6	
Cassagem		8	13	2
Congo		5	38	4
Costa África		2		
Fula	2			5
Guiné	21		2	
Mandinga		2	13	
Mexiocongo		5	4	
Mina	1	1	9	
Moçambique			8	
Papel		1		

Rebolo		6	11	
Outros			9	3
Total	40	72	163	44

Fonte: Santarém – 281 Registro de Casamentos, Paróquia de N.S. Conceição Baixo Amazonas – 303 Inventários Post Mortem, Santarém, Alenquer e Óbidos – 1801 – 1886 (FUNES, retirado da senzala ao quilombo. Amaral p,102).

1.2 Engenhos e cacauais: usos e abusos do trabalho escravo.

Os negros, para suprir a necessidade da mão de obra no Brasil, eram vistos como negócio, gerando muito lucro aos comerciantes de escravos.

Com a necessidade de mão-de-obra na colônia, devido os jesuítas não aceitarem que os índios fossem escravizados, o comércio de escravos para o Brasil se intensificou e se transformou em um negocio lucrativo tanto para a coroa quanto para os que transportavam escravos, como nos diz Celso Furtado.

As dificuldades maiores, encontradas na etapa inicial advieram da escassez de mão-de-obra. O aproveitamento do escravo indígena em que aparentemente se baseavam todos os planos iniciais resultou inviável na escala requerida pelas empresas agrícolas de grande envergadura que era os engenhos... A mão-de-obra africana chegou para expansão da empresa, que já estava estalada. É pois quando a rentabilidade do negócio está assegurada que entram em cena, na escala necessária, os escravos africanos. (FURTADO, 1991, p. 41-42).

Sendo assim, a presença do escravo negro foi percebido principalmente a partir da instalação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão em meados do século XVIII, sendo, portanto, relevante para o cultivo do cacau, cana-de-açúcar, tabaco, café, algodão, arroz e criação de gado. José Maia esclarece que:

Na Amazônia portuguesa já havia então uma economia comercial lastrada na exploração do cacau silvestre, em larga escala, e do cacau cultivado em menor importância, que sustentava as ligações econômicas com a metrópole quando da criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em 1755. Igualmente desenvolvia-se na colônia outras atividades relativas ao cultivo de cana-de-açúcar, tabaco, café, algodão, arroz, bem como criação de gado bovino, que seriam em menor grau beneficiado pela política pombalina, com o estabelecimento da Companhia Geral de Comercio (BEZERRA NETO, 2001, p. 27).

Sabe-se que a força de trabalho dos africanos veio pra suprir as necessidades que existiam no Brasil, ou seja, faltavam trabalhadores nas lavouras, nas casas grandes e nas outras atividades, cuja produção era o consumo interno da colônia. A partir dessa necessidade exploratória, o negro aparece como solução dos escravocratas, seu papel era de servir seus senhores, fazendo tudo o que lhe era imposto, sob castigos violentos, presente, no seu dia-a-dia. Os escravos eram uma mercadoria que muitas vezes podia ser alugada, leiloados e doados. Os negros eram também vistos na colônia como símbolo de poder dos senhores; a importância social de cada senhor era vista pelo número de escravos que possuíam.

Os aspectos que caracterizavam a história colonial escravista no Brasil foram sempre de controle, vigilância, punição e apoio aos trabalhos escravocratas como nos diz Vicente Salles.

A chegada em 1753 dos navios Nossa Senhora do Monte Carmo e São José, com carregamentos de pretos vindos de Bissau, em circunstância bastante vantajosa, como entrada e saída livre, isenção dos direitos e permissão para trocarem os negros por gêneros do país lhe facilitará incutir a ideia da continuação de uma empresa capitalista para explorar o tráfico e o comércio (SALLES, 1971, p. 33).

Como se pode observar, o modelo escravista tinha uma política voltada para o tráfico de negros; a escravização foi o pilar de sustentação do Brasil colonial e imperial, pois isso remete com fluidez ao intenso comércio de escravos que abastecia os portos brasileiros. Nesse sentido, a presença de africanos e de seus descendentes foi comum nos diversos cenários de escravidão no solo brasileiro.

1.3 Momentos de Convulsão social: a cabanagem, rotas de fuga e o limiar da liberdade.

Houve um momento em que a classe desfavorecida assume o poder da burguesia, tal movimento também favoreceu as fugas dos negros para diversos quilombos da região.

A Cabanagem foi uma revolta popular que aconteceu na província do Grão-Pará, recebeu este nome pois grande parte dos revoltosos era formada por pessoas pobres, moradores de cabanas nas beiras dos rios da região. A situação dos cabanos e da parte pobre da população da província era de total descaso e miséria; negros, mestiços e índios viviam na miséria total. Sem trabalho e sem condições

adequadas de vida, os cabanos sofriam em suas pobres cabanas às margens dos rios. Esta situação provocou um sentimento de abandono em relação ao governo central e ao mesmo tempo muita revolta. Os comerciantes e fazendeiros da região também estavam descontentes, pois o governo regencial havia nomeado para a província um presidente que não agradava a elite local.

Embora por causas diferentes, os cabanos e os integrantes da elite local se uniram contra o governo regencial, nesta revolta o objetivo principal era a conquista da independência da província do Grão-Pará. Os cabanos pretendiam obter melhores condições de vida, e a elite pretendia obter maior participação nas decisões administrativas e políticas da província, quanto a isso Melo justifica que:

No início da década de 30 do século XIX, o Pará passava por uma crise de abastecimento alimentícia, agrava-se a forte concentração de terras nas mãos de muitos aristocratas – o que dificultava o acesso da terra a muitos pobres trabalhadores, impossibilitando o cultivo de cultura agrícolas, gerando assim fome e miséria entre as camadas menos abastadas da população, representada por cerca de 75% da população (MELO, 2017, p. 20)

Pode-se observar que a desestruturação do Estado levou a uma revolução bastante consistente, conforme mostra também, o pesquisador Thorlby.

A cabanagem era o crescimento do movimento popular contra os portugueses e uma verdadeira independência. A cabanagem era para acabar com a humilhação da escravidão. Era nativista, querendo assumir a independência dos portugueses. A luta dos cabanos era para melhores condições de vida para o povo, legalidade para o povo, sem arbítrio para o povo, que viveu oprimido diante dos grandes da época. (THORLBY, 1988, p. 59).

Vicentes Sallles em sua contribuição sobre esse levante que ocorreu no Pará nos coloca que:

Pode-se exhibir, extraídos do contexto histórico-social, inúmeras motivações, algumas de raízes mais profundas, outras refletem meramente integras entre personalidades colocadas na cúpula da classe dirigente. De qualquer forma, ressaltam as contradições derivadas do próprio sistema colonial da Amazônia, que transformou Belém num burgo administrativo extremamente oneroso e estéril, sem condições de entender sua ação ao extenso domínio territorial e permanentemente agitado pela política dos interesses mercantis. (SALLES 1971. p. 259).

Observa-se que possuiu levante teve vários aspectos que tornaram favorável essa revolta, o sistema adotado não era sendo eficaz para manter o equilíbrio entre as massas da colônia do Grão-Pará. Dessa forma, a classe trabalhadora e os

comerciantes fizeram essa manifestação, conhecida como uma das manifestações mais importante do Pará, a Cabanagem, nesse período, a população do Baixo Amazonas era numerosa, com uma concentração elevadíssima de escravos, conforme nos mostra o quadro resumido da província do Pará.

**Quadro II resumido da população da província do Pará – Parte Oriental
(em torno de 1823)**

Localidade	Branco	Escravo	%população escrava	Índios	Total
Região de Santarém					
Outeiro	280	40	11,0	42	362
Monte Alegre	1520	290	14,0	260	2.070
Alenquer	1100	440	26,7	108	1.648
Óbidos	2100	1294	30,2	887	4.281
Faro	1830	93	4,5	159	2.082
Santarém	2560	1270	24,2	1425	5.255
Subtotal	9.390	3.427	22,0	2881	15.698
Alter do Chão	357	10	1,2	461	828
Aveiro	164	40	12,8	109	313
Franca	1578	752	26,0	558	2.888
Pinhel	291	16	1,8	574	881
Santa Cruz	14	14	2,5	526	554
Boim	77	23	2,9	680	780
Curi	14	14	1,4	986	1.014
Itaituba	22	8	2,0	368	398
Uxituba	19	9	1,8	462	491
Subtotal	2.536	886	11,0	4.725	8.147
Total	11.926	4.313	18,0	7.606	23.845

Fonte: BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará In: Compêndio das eras da Província do Pará. Belém, (1969) 1839, p. 282-371. Retirado do Livro Tempos de Revoltas no Brasil Oitocentista. Melo, 2017.

Como se observa nos dados de Baena, a região do Baixo Amazonas era, depois da região belenense, a mais populosa e a que mais concentrava escravos, utilizados principalmente na cultura do cacau (MELO, 2017, p 45).

É nesse mesmo período que o Estado do Grão-Pará se encontrava em uma convulsão social, devido ao levante da Cabanagem, os negros e índios aproveitavam o momento para fugir das fazendas, e se “embrenharem” nas matas e lagos da região, como nos mostra Melo (2017).

Dada tamanha importância político – econômica do Baixo Amazonas, em especial a sub-região do Baixo Tapajós (compreendida pela influência e liderança de Santarém), muitos negros e índios iniciaram uma série de fugas e a fundação de quilombos e cacaais às margens do Amazonas e Tapajós na ânsia de buscar viverem em paz e refazerem projetos de vida. (MELO, 2017. p. 46).

Essa revolta dos abandonados contra o sistema dominante, que não se importava com as pessoas da província do Grão-Pará proporcionou umas das maiores manifestações populares existentes no Brasil, pois a classe pobre assume o poder de uma Província, e ao mesmo tempo várias fugas de escravos aconteceram nesse período.

2. O processo de formação sócio histórico dos quilombos e mocambos no Baixo Amazonas.

As fugas de negros escravizados fizeram com que vários quilombos se constituíssem nas matas e nas margens dos rios amazônicos.

A formação dos quilombos ou mocambos no Baixo Amazonas se dava através das fugas dos escravos, Funes (1995) nos diz que os negros escravizados aproveitavam os momentos de festa e o tempo de lua cheia para buscar sua liberdade, faziam tais ações à noite em canoas, entre furos, igarapés, lagos até chegarem a lugares onde formavam os quilombos.

O negro sabia o período mais adequado para fugirem como nos mostra Funes.

A opção pelos mocambos, em especial para aqueles das primeiras levadas, significava adentrar no desconhecido, com a certeza do que ia encontrar pela frente. Era um recomeço. Havia o gosto da liberdade, mas também enormes desafios, a começar pelo relacionamento com um novo espaço, a aprendizagem de novos caminhos e a sobrevivência nas matas com apenas o que a natureza lhes dava. Aprendizado feito em grande parte pelo nativo, mestre conhecedor do meio ambiente, que tinha o controle sobre aquele território que era seu (FUNES, 1995, p. 67, 69).

Um novo espaço era o que os mocambeiros ou quilombolas precisavam para receber o linear da liberdade, haja visto que os mesmos tinham em sua memória traços de sua ancestralidade cultural e social, nesse sentido, a readaptação em um novo espaço de realidade não seria tão difícil, pois o convívio com o meio ambiente já fazia parte de sua convivência antes da escravidão, como nos coloca Acevedo, Castro.

Pela aprendizagem dos segredos e dos perigos da floresta, e resistência à violência imposta pelo regime escravista, encontramos nos séculos XVII e XIX, em vasto território que se estende do delta do Amazonas até seu curso médio". Mais ainda encontramos subindo os seus tributários, embrenhando-se por igarapés, furos e lagos, palminhando e conhecendo essa extensa rede hidrográfica que foi caminho de fuga e tecendo com ela os laços de cumplicidade e resistência, sob essa paisagem de rios e floresta, de ecossistema diverso, e conquistando uma experiência coletiva, desenvolveram saberes que lhes permitem viver e se reproduzir em lugares/territórios onde ainda encontramos remanescentes (ACEVEDO; CASTRO, 1999, p. 5).

Como se pode observar, os negros se refugiavam em diversos lugares que lhes pudesse ser agradável e onde sua liberdade voltasse à tona, e que suas tradições culturais sociais fossem mantidas, assim foi se constituindo os mocambos entre rios e matas no Pará, como nos mostra Funes.

É verdade que os principais mocambos estavam nos altos dos rios, em trechos navegáveis, acima das cachoeiras”. No entanto, abaixo destas, nos afluentes dos rios principais, como Mamiá e Inferno no Curuá, no Ituqui, um furo no Amazonas, e nos lagos como Tapagem e Jacaré no Trombetas, também se encontravam quilombos menores, que poderiam servir de apoio, tanto para resistência daqueles situados nas águas bravas (FUNES, 1995, p. 72).

Os negros que fugiam das fazendas buscavam os mocambos como abrigos, assim viviam outras realidades totalmente diferentes e passaram a se readaptar no novo espaço, tanto socialmente quanto culturalmente; haja visto ser preciso a reorganização de uma nova vida, para manter suas necessidades, sendo de fundamental importância o contato novamente com a classe branca na troca de alguns produtos de subsistência, como nos diz Vicente Salles:

O negro ali estabelecido com seu governo próprio e sua própria organização social, não chegaram a constituir séria ameaça para a população de Óbidos ou de sua periferia. Mantinham mesmo relações de comércio, trocando o produto de suas lavouras com as mercadorias que necessitavam, mais a fuga ao cativo era crime abominável. (SALLES, 1988, p. 231).

Na visão de Vicente Salles, podemos observa-se que os negros mantinham uma relação de troca de produtos com os comerciantes, isso mostra que os mocambos não ficavam totalmente isolados, mas indiretamente contribuía com o comércio nas cidades.

Na visão de Edna Castro os quilombos também possuíam maneira própria de sobrevivência, no sentido de sempre se atualizarem na mais diversas condições de sobrevivência.

Numa grande extensão territorial, prática de organização da rebeldia ao sistema de trabalho escravo, permanecendo muitas vezes em pequenos grupos, espalhados nas terras das fazendas, recriando assim as condições de vida para se manter através de pequena agricultura, da coleta, da caça e da pesca. A assistência assume, portanto, formas diversas, sendo o quilombo um emblema que se atualizava no mundo negro da resistência. Construíram assim seu espaço social e reproduziram as bases das sociedades de hoje e da presença negra fortemente encontrada nos traços e na cultura Amazônica. (CASTRO, 2003, p.18).

2.1 A formação do quilombo de Bom Jardim e sua relação com a taperinha.

As comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimentos de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado ou simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção. Dentro de uma visão ampliada consideram-se as diversas origens e histórias destes grupos, além de uma denominação possível para esses agrupamentos, identificados como remanescentes de quilombo de um território e de uma identidade quilombola.

Os quilombos foram constituídos como forma de resistência ao modelo escravista. Bom Jardim é um quilombo como tantos outros quilombos existentes no Brasil. Os negros fugiam em busca de sua liberdade. Os quilombos também se constituíram através de doações de terras feitas pelos senhores a seus escravos, como é o caso de Bom Jardim. Funes relata que Bom Jardim é uma comunidade que se constituiu a partir da terra doada – sítio Bom Jardim, em testamento pelo senhor José Francisco Ferreira a seus escravos, em 1877, os quais ficaram livres, apenas após a morte de seu marido José Francisco Ferreira, quando deveria se efetivar também a doação, ocorrida em 1876. (FUNES, 1995, p. 1).

Partindo de tal pressuposto, afirmamos que Bom Jardim é um quilombo constituído a partir de doação a escravos e, por ser um quilombo não muito distante da Taperinha, era considerado uns dos maiores engenhos de Santarém; a relação dos escravos da Taperinha com os escravos Bom Jardim era uma relação muito próxima, tanto que nos bens deixado por Maria Joaquina da Silva Ferreira a seus escravos havia 3 sítios em Ituqui, 01 em Boim e 01 em Bom Jardim, e um plantel com 46 escravos, encontrando-se, os herdeiros das terras do Bom Jardim.(FUNES, 1995, p. 22 a 23).

Inventariada – Maria Joaquina da Silva Ferreira

Quadro III - Inventariante – José Francisco Ferreira – data: 22-03-1807- 1º ofício Santarém

Nº	Nome	Sexo	Cor	Valor	Observação
01	Iduviges	F	17	500\$00	
02	Cândida	F	17	500\$00	Relacionada entre os herdeiros
03	Crispim	M	19	500\$000	
04	Josefa	F	14	500\$00	
05	Luciana	F	24	500\$000	Relacionada entre os herdeiros, liberta em testamento – relacionada entre os herdeiros, recebeu 100 pés de cacau.
06	Zacarias	M	13	500\$000	
07	Leopoldina	F	30	550\$000	
08	Raimundo	m	30	550\$000	
09	Silvestre	M	33	550\$000	
10	Benvindo	M	- -	550\$000	
11	Maximiano	M	30	600\$000	
12	Camilo	M	09	600\$000	Relacionado entre os herdeiros
13	Damazo	M	18	600\$000	
14	Antônio	M	21	600\$000	
15	Benta	F	11	400\$000	
16	Thereza	F	14	400\$000	
17	(ilegível)	F	- -	400\$000	
18	Umbelina	F	35	400\$000	
19	Romana	F	46	350\$000	
20	Nicolau	M	09	350\$000	
21	Patronilha	F	10	350\$000	
22	Apolinária	F	10	350\$000	
23	Torquata	F	38	350\$000	
24	Caciano	M	- -	250\$000	
25	Ângela	F	07	250\$000	
26	Eugênia	F	05	200\$000	Relacionada entre os herdeiros
27	Francisco	M	- -	200\$000	
28	Isidoro	M	07	200\$000	*
29	Manoel	M	04	150\$000	

30	Zeferina	F	02	100\$000	
31	Lina	F	20	450\$000	
32	Casimiro	M	18	100\$000	
33	Wenceslau	M	6meses	50\$000	
34	Benedito	M	30	550\$000	
35	Delfina	F	50	300\$000	
36	Anbrósio	F	65	100\$000	
37	Ancelmo	M	12	500\$000	
38	Antônia	F	36	400\$000	
39	Antônia	F	60	400\$000	
40	Bernarda	F	50	80\$000	
41	Isidoro	M	11	400\$000	*
42	Amélia	F	50	50\$000	
43	Francisca	F	06	200\$000	
44	Ponciano	M	70	250\$000	
45	Candido	M	02	100\$000	Relacionado entre os herdeiros
46	Quitéria	F	60	100\$000	

(*) um escravo chamado Isidoro está relacionado entre os herdeiros

Nesse inventário vê-se com mais clareza que os negros do quilombo de Bom Jardim tinham uma relação direta com os negros do engenho da Taperinha, considerando que nos inventários há relatos entre os herdeiros que antes habitavam o engenho da Taperinha e estão relacionados no testamento, conforme Melo:

Taperinha situa-se na confluência entre os rios Ituqui e Paraná-Ayayá, sua nomenclatura significa ruína, casa velha ou qualidade de vida segundo os silvícolas. Esta propriedade fruto da sociedade entre Miguel Pinto Guimarães e o confederado norte americano Mr. Romulos J.Rhome é dotada de muitos aspectos relevantes a formação dos munícipes santareno, haja visto que indícios como a escravidão, produção canavieira, vestígios de cerâmica e relação com a cabanagem, apontam esse sítio arqueológico e posteriormente o maior engenho da região, como o lugar que deu início a cidade de Santarém e que foi palco da fuga da maior quantidade de escravos no período da cabanagem (MELO, 2017,p. 105).

Como o relato de Melo fica claro que na Taperinha houve uma grande fuga de escravos, e mostrando o quanto a Taperinha foi importante para Santarém e

região. No do quilombo de Bom Jardim, observa-se que na Amazônia havia um processo de negociação entre os escravos e seus senhores por prestarem “bons serviços”. Isso comprova-se no relato do testamento de Bom Jardim que segue em anexo, deixado por José Francisco Ferreira que dizia:

Dou liberdade plena a todos os meus escravos sem exceção de cores, crença e idade. Declaro quão dos meus cacoais, pertence a liberta preta Luciana mil pés de cacaueiros quão por minha morte lhe deixo em verba testamentária... Deixo a todos os meus escravos menores e a todos os maiores de uso fruto o meu sitio- Bom Jardim de terra firme, com quatro e meia de léguas de frente e uma de fundo, com casa de vivenda e seus acessórios, cacoal, cafezal e mais plantações, mattas que pegão... abaixo até o primeiro riacho das terras de Januário da Silva Bonito... para que gozem em comum afim de não ficarem desamparados. (TESTAMENTO DE JOSÉ FRANCISCO FERREIRA In: Anexos I e II)

Observa-se na pesquisa realizada, referente ao testamento de Bom Jardim, os quilombolas tiveram o direito à terra, doada por José Francisco Ferreira, que por sua vez só se concretizou um ano após sua morte, em 19 de outubro de 1877; a partilha feita, segundo Funes (2003, p. 17), foi a seguinte:

Quadro IV - “Quinhão que cabe a cada um dos herdeiros no terreno Bom Jardim”

Quinhão que cabe a cada um dos herdeiros no terreno Bom Jardim	
<u>Herdeiros de Candido</u>	
Izabel Cândida dos Santos	357 mts 50
Raimundo Candido Ferreira	119 mts 17
Antônia Cândida Ferreira (Antonica)	119 mts 17
Anizia Ferreira	<u>119 mts 17</u> 715 mts 00
<u>Herdeiros de Theodoro</u>	
Mauricio	357 mts 50

Maria	<u>357 mts 50</u> 715 mts 00
<u>Herdeiros de Izidoro</u>	
Crescencio	178 mts 75
Ilegível	178 mts 75
Ilegível	178 mts 75
Bruno	<u>178 mts 75</u> 715 mts 00
<u>Herdeiros de Jerônimo</u>	
Heriberto	102 mts 14
Martinho	102 mts 14
Manoel	102 mts 14
Silvério	102 mts 14
Raimundo	102 mts 14
Lourdes	102 mts 14
Luiz	102 mts 14
<u>Herdeiros de Lino</u>	
Aos herdeiros de Joana	71 mts 50

Aos herdeiros de Paula	71 mts 50
Aos herdeiros de Canuto	71 mts 50
Aos herdeiros de João	71 mts 50
Agostinho Lino Guimarães	71 mts 50
Elizeu Lino Guimarães	71 mts 50
Tito Lino Guimarães	71 mts 50
Ernestina Lino Guimarães	71 mts 50
Aos herdeiros de Heliadora	<u>71 mts 50</u> 715 mts 00
<u>Herdeiros de Josefa</u>	
Alcinda	715 mts 00
<u>Herdeiros de Eugênia</u>	
Pedro	238 mts 33
João	238 mts 33
Raimundo	119 mts 03
Maria paz	<u>119 mts 31</u> 715 mts 000
<u>Herdeiros de Camilo</u>	
Jerônimo	143 mts 00

Luzia	143 mts 00
Ana	143 mts 00
Olinda	143 mts 00
Herdeiros de Manoel Raimundo	<u>143 mts 00</u> 715 mts 00

Fonte: FUNES, Eurípides. Bom Jardim – Saracura – Arapemã: Terras de Afro – amazonidas.

Isso implica em juízo que a repartição da terra do quilombo de Bom Jardim foi feita para cada escravo que pertencia à fazenda, dessa forma, os africanos que eram escravizados passaram a ser proprietários de seu próprio território; no testamento feito por José Francisco Ferreira, fica bem exposto a quantidade e o tamanho que caberia a cada herdeiro para desenvolver suas atividades. A formação dos quilombos na Amazônia precisa ser bem reorganizada, principalmente por seus descendentes, como nos coloca Edna Castro.

A formação econômica e social da Amazônia precisa ser reinterpretada e contada pelos processos reais que marcaram a vida e impuseram a morte a mitos descendentes de africanos nessas terras. O quilombo é a concretização dessa rebeldia, a materialização da dinâmica social e espacial, de reconhecimento de território pela dominação colonial, mais também de resguardo de território de refúgio pelas trincheiras fincadas pela defesa dos quilombos, pelos grupos aquilombolados. (CASTRO, 2003,p. 19).

Nos relatos de Edna Castro, a história da Amazônia precisa ser reavaliada, precisa que os verdadeiros personagens, que são os descendentes dos que morreram nessas terras, possam recontar sua trajetória, lembrar-se do passado, buscando na memória dos mais velhos, os traços históricos da presença negra na Amazônia.

Buscando conversar com alguns moradores, visitei a casa de Dona Tereza Guimarães dos Santos, uma das descendências dos escravos, que ganharam a terra como herança do capitão, José Francisco Ferreira e de sua esposa Maria Joaquina da Silva Ferreira. Tereza é neta de Lino, um do que está relacionado no quinhão. Em uma de suas conversas, dona Tereza relata que sua família era muito grande, seu pai era o Tito Lino Guimarães, ela afirma também que Joana, Agostinho e Lino Guimarães eram irmão de seu pai Tito Lino, moradores do Bom Jardim. Na conversa, com Tereza Guimarães, percebi que as histórias contadas vão de encontro com o testamento feito por José Francisco Ferreira; podemos

observar que a descendência dos ex-escravos ainda se mantém viva. Dona Tereza relata que um dos seus tios, Gerônimo, que era da família da Marciana e da Maria Geralda Guimarães conhecida como Gigita curandeira que existia no Bom Jardim, pessoa muito respeitada por todos, ainda está viva), morreu com cento e quinze anos; todas essas pessoas moravam no Bom Jardim diz dona Tereza.

Os relatos que cada um tem sobre a história do passado são importantes para possamos compreender os acontecimentos, e também uma forma de preservação cultural e natural, como nos diz Jean Vansina.

Uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mais também, como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocuições-chaves, isto é, a tradição oral. A tradição pode ser definida de fato, como um testemunho transmitido verbalmente uma geração para outra (1982.p. 157).

A história oral surgiu como forma de valorização das memórias e recordações de indivíduos, é um método de recolhimento de informações, pois essas pessoas vivenciaram algum fato ocorrido, esses relatos históricos que dona Tereza colocou demonstra que os negros descendentes de africanos, e que são mencionados diretamente no testamento do quilombo de Bom Jardim, são os herdeiros da terra, e que suas descendências formaram o quilombo.

2.2 As lutas do movimento quilombola e o processo de autoafirmação do quilombo Bom Jardim.

2.2.1 Movimento de reelaboração cultural e autoafirmação no quilombo Bom Jardim:

Do esquecimento ao retorno após cento e vinte sete anos de testamento do quilombo de Bom Jardim, uma história que se faz presente nos dias atuais, na memória dos descendentes de escravos, é a luta por reafirmar novamente sua identidade.

O quilombo de Bom Jardim ficou por cento e vinte sete anos sem o conhecimento de que o mesmo era um quilombo; não sabia-se que existia um testamento, deixado para os escravos, e que suas terras não eram para ser vendidas e sim passadas para as futuras gerações. Os moradores do quilombo de Bom Jardim há quase um século e meio de existência não sabiam, que onde hoje moram era uma fazenda que concentrava vários escravos, e que os mesmos são descendentes desses ex-escravos. Isso evidencia o testamento deixado por José Francisco Ferreira. Falando de história, pode-se imaginar que

Bom Jardim possui mais de 200 (duzentos) anos de existência, haja visto que dona Tereza contou que seu tio morreu com 115 (cento e quinze anos) de idade, provando que o quilombo é bastante antigo. O movimento quilombola em Santarém surgiu através do contato de um descendente de escravos do quilombo de Arapemã chamado Raimundo Elias Sousa de Vasconcelos, o qual, através de encontros cujo objetivo, era buscar suas raízes, chegou às comunidades. A partir desse contato, o movimento negro quilombola em Santarém aos poucos começou dar os seus primeiros passos, isso no ano de 1994. Nesse mesmo período, Bom Jardim vai aos poucos tomando conhecimento do que seria quilombo nos primeiros momentos de reuniões, os descendentes de escravos de Bom Jardim não estavam querendo aceitar, apesar de a população sofrer discriminação pela cor de sua pele, e no ano de 1995, Eurípedes Funes fez uma pesquisa no Baixo Amazonas e constatou a existência de um testamento deixado aos escravos de Bom Jardim, datado de 1876 mais que se concretizou em 1877, com mais informações sobre a existência de comunidades quilombolas em Santarém. Tal movimento cresceu, em 1996 houve um encontro em Belém, onde a liderança de cada comunidade foi participar. O representante de Bom Jardim foi Dileudo Guimarães dos Santos. No retorno o movimento se intensificou de vez, sabendo-se que Bom Jardim era um quilombo, algumas lideranças da ARQMOS (Associação das comunidades remanescente de quilombo do Município de Oriximiná), que tinham um trabalho bem forte na região de Oriximiná, Óbidos e Alenquer, vieram para ajudar as comunidades de Santarém na organização das associações e demarcação das terras, onde os mesmos estiveram no Bom Jardim; a partir de então o quilombo se autoafirmou como Comunidade Remanescente de Quilombo.

2.2.2 Das lutas do passado as conquista do presente: o reconhecimento perante a Fundação Cultural Palmares e o INCRA.

Com o passar dos anos, o quilombo de Bom Jardim ganha mais visibilidade, e no ano de 2003, o quilombo se constituiu em uma associação denominada ARQBOMJA (Associação de Remanescente de Quilombo de Bom Jardim), cujo objetivo, era lutar por políticas públicas e, principalmente, pela titulação de suas terras, que jamais deveriam ser tiradas de suas mãos, como relata o testamento deixado por José Francisco Ferreira e sua esposa Maria Joaquina da Silva Ferreira a seus escravos.

No dia 30 de agosto de 2004, conforme o (anexo III), o quilombo de Bom Jardim

recebe da Fundação Cultural Palmares a Certidão de Auto Reconhecimento, em anexo, dando aos quilombolas a certeza de que suas terras retornariam para suas mãos. A partir de então processo de regularização fundiária do quilombo está bastante avançado; todos os processos foram feitos, restando apenas o termino do levantamento ocupacional. Em 2013 é publicado o Decreto no Diário Oficial da União (DOU) que declarando o quilombo de Bom Jardim como interesse social, pela então Presidente da República Dilma Rousseff. Esse Decreto é um instrumento que viabiliza a desapropriação das terras que estejam dentro de áreas de remanescentes de quilombo, caracterizados como não quilombolas, que deve desapropriar para que seja titulada a área a qual o quilombo está requerendo. Após a publicação no Diário Oficial da União, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tem dois anos para fazer a regularização; o quilombo de Bom Jardim fica aproximadamente 30 Km da cidade de Santarém, a área requerida pelo referido quilombo é um total de 2.654,863 hectares de terras (conforme o anexo IV no mapa). O INCRA é o órgão responsável pela titulação da terra, tal órgão enfrenta diversos problemas, como falta de pessoal, falta de recursos financeiros para fazer o restante dos trabalhos de indenização; além disso, o processo politico faz com que a troca de superintendentes seja constantes. Todas essas questões acabam contribuem no atraso do processo regulatório do quilombo, que hoje possui 110 (cento e dez) famílias, totalizando mais de 500 (quinhentas) pessoas. O quilombo também possui um colégio com quatros salas de aulas e mais de cem alunos, dois microssistemas de abastecimento de água, energia elétrica, e um Centro Comunitário. Os quilombolas exigem constantemente do INCRA a Titulação de suas terras, mas ao mesmo tempo sabem que o orçamento do Governo Federal destinado a regularização fundiária no Brasil não existe.

Considerações finais

No decorrer do trabalho mostrou-se como se deu o processo do tráfico do negro para o Brasil, a importação da mão-de-obra escrava, suas condições de trabalho, suas formas de resistência, as fugas para combater o sistema escravista do Brasil, mas focou-se na Amazônia, principalmente, na região do Baixo Amazonas.

Os africanos trazidos para o Brasil conseguiram criar novos hábitos na nova terra, pois seria uma espécie de sobrevivência no novo espaço. O Grão-Pará e Maranhão foram também essenciais para o comércio do negro na região amazônica, esses negros antes de chegarem para o Brasil tinham uma história social, cultural e política. No decorrer dos anos, o negro se rebelaria contra o sistema cruel e avassalador se sobrepunha contra os mesmos; nesse momento a mata seria a nova morada do negro que logo se adaptou ao ambiente.

No momento se criavam os quilombos. As fugas de negros foram se tornando um processo contínuo e rotineiro, principalmente nas festas natalinas, juninas e na da cabanagem, revolta que aconteceu na província do Grão-Pará, onde a classe trabalhadora assume o poder da burguesia; os quilombos foram e são uma das representações mais significativas de resistência à escravidão que, por sua vez, foi muito cruel contra os negros, que foram trazidos da África para as mais diversas regiões do país para trabalhar como escravos.

O território quilombola de Bom Jardim, localizado no Município de Santarém, mostra que o quilombo foi constituído através de doação feita em testamento por José Francisco Ferreira, em 1876, mas que só se concretizou em 1877, conforme o anexo I e II. Os afros-descendentes possuem fortes laços culturais, mantendo suas tradições e um sistema de organização social próprios. Hoje, com mais de um século de existência de testamento, a luta retorna para que suas terras sejam tituladas e retornadas para seus verdadeiros donos, conforme nos mostra o testamento em anexo I e II, as quais deviam ser repassadas de geração a geração.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios.

BEZERRA NETO, José Mai, escravidão negra na Amazônia – séculos XVII XIX. Belém, 2001.

CARDOSO, Donaldo. Os palmares: uma visão histórica. Imprensa oficial do Estado – IOE. 1997, citado por Amaral.

CASTRO, Edna (2003) quilombolas de Bujaru. Memória da escravidão. Territorialidade e titulação da terra. Belém, CESU/Programa Raízes. Relatório de pesquisa.

DIAS, Manoel Nunes. Fomento e mercantilismo: a companhia geral do Grão-Pará(1775-1778).1º vol. José Veríssimo, UFFA: 1970, citado por Amaral.

FUNES, Eurípedes. Nasci nas matas nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do Bom Jardim. Tese de Doutorado, USP, 1995.

FUNES, Eurípedes, Bom Jardim, Saracura, Arapemã: Terras de Afro-Amazonidas “nós já somos a reserva, somos os filhos deles”. São Paulo, 2003.

THORLBAY, Tiago (1988) cabanagem na fala do povo: o povo que viver. São Paulo: Paulina

VANSINA, Jean. A tradição oral e sua metodologia. In. História Geral da África. São Paulo: Paris, UNESCO, 1982. V1: metodologia e pré-história da África.

Testamento de José Francisco Ferreira

ANEXO III Certidão da Fundação Cultural Palmares



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de BOM JARDIM**, localizada no município de Santarém, Estado do Pará registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 001, Registro n.º 048, f.51, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): Dileudo Guimarães dos Santos - RG n. 3724760 SSP/PA.
 Presidente da Associação Comunitária de Remanescentes de
 Quilombo de Bom Jardim.

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva (Ass.)**, Diretora da
 Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, 30 de
 Agosto de 2004.

O referido é verdade e dou fé

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
 Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil
 Fone: (0 XX 61) 424-0106(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242
 E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br http://www.palmares.gov.br

